



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150521 - PA (2021/0223678-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER  
RECORRENTE : A N D DA R (PRESO)  
ADVOGADOS : SAMIO GUSTAVO SARRAFF ALMEIDA - PA024782  
IGOR NOGUEIRA BATISTA - PA025692  
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por A. N. D. DA R. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ ( HC originário n. 0804203-73.2021.8.14.0000).

O recorrente foi preso em flagrante, em 19/7/2020, sendo tal custódia ulteriormente convertida em preventiva, decorrente de suposta prática do delito descrito no art. 232 do CPM, em que foi condenado pelo Juízo de primeiro grau à pena de 6 anos de reclusão em regime inicial fechado.

Em "23 de novembro de 2020, foi interposto o recurso de apelação e as razões do recurso foram apresentadas em 26 de janeiro de 2021 pelo antigo patrono, estando o processo até a presente data ainda em primeiro grau, sem previsão de remessa do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, ou seja, há quase 6 meses desde a sentença" (fl. 117).

A defesa impetrou *habeas corpus*, visando "a readequação do regime de pena fixado" (fl. 118), cuja liminar foi indeferida (fl. 103).

O Tribunal local, ao denegar o *writ*, afirmou o seguinte (fls. 103-106, grifo meu):

Concernente à possibilidade de compatibilização entre a prisão preventiva mantida na sentença e o regime inicial de cumprimento da reprimenda, entendo que o *writ* deve ser conhecido para que esta e. Corte **corrija o erro material que, equivocadamente, fixou o regime fechado ao invés do semiaberto**, conforme determinação contida no art. 33, § 2º, "b", do CP.

Apesar de se tratar de tema que, em princípio, faria incidir o óbice à supressão de instância, a alegação de que houve erro material quanto ao regime inicial de cumprimento fixado na sentença é procedente e justifica a sua readequação, pois a pena a ele imposta foi de 6 anos de reclusão em regime fechado, situação que configura a inexatidão apontada, sendo necessário a sua correção.

Conforme se verifica das informações contidas na Id. 5205856, foi expedida a guia de execução provisória no dia 16/12/2020, porém não se tem notícia de que o suposto erro material tenha sido sanado pelo juízo das execuções penais.

Assim, faz-se necessária a readequação para que o paciente cumpra sua reprimenda em regime prisional compatível, qual seja, o semiaberto, mesmo pendente de recurso próprio [...]

**Com relação a pretensão de substituição da prisão por medidas cautelares previstas no art. 319, do CPP, constata-se que a questão já foi objeto de análise** no HC de nº 0812063- 62.2020.8.14.0000, cuja relatoria, naquela oportunidade, foi da e. desa. Rosi Maria Gomes de Farias, julgado na 3ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal, realizada em 1º de fevereiro de 2021, por meio de videoconferência, sendo, à unanimidade, denegada a ordem [...]

Dessa forma, estando evidenciado que o pedido aqui deduzido tem objeto idêntico ao anteriormente impetrado, **configura a inadmissível reiteração** [...]

À vista do exposto, conheço do *habeas corpus* em parte e o denego, porém, determino a compatibilização da segregação cautelar com o regime semiaberto, até o julgamento do recurso de apelação.

Em suas razões, sustenta o recorrente a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o regime prisional consignado em sentença está fundado em "capitulação errada", *in casu*, no "art. 33, § 2º, alínea "c", do CP, quando deveria ser fixado o semiaberto.

Alega ainda que por ter ocorrido "a alteração de regime de pena, do fechado para o semiaberto, entende-se que não há possibilidade da manutenção da prisão preventiva do Paciente" (fl. 7), sob pena de manifesta desproporcionalidade.

Nesse panorama, requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do recorrente, compatibilizando-a "regime de pena semiaberto" (fl. 10), expedindo-se em seu favor alvará de soltura e, na sequência, a concessão da liberdade provisória mediante cominação de medidas cautelares alternativas (arts. 316, *caput* e 319). No mérito, pede o provimento do recurso para que seja confirmada, em definitivo, a ordem ambulatorial requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso não merece conhecimento.

A matéria aqui suscitada é também objeto do RHC n. 142.508/PA (2021/0041895-7).

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM *HABEAS CORPUS* ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME.

AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em *mandamus* anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ademais, oportuno frisar que, como no caso, a prisão preventiva do ora recorrente **já foi "compatibilizada com o regime semiaberto**, decorrente de sentença condenatória, nos termos do voto do e. Des. Relator" (fl. 99). Assim, pelos prismas da necessidade e adequação, configura-se como infrutífera a insurgência, conforme redação do art. 577, parágrafo único, do CPP.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ, não conheço do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente